

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – UNIVESP

1 Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na Sede da Fundação
2 Universidade Virtual do Estado de São Paulo, à Rua Líbero Badaró, 293, 20º andar, realizou-
3 se, às 15 horas, a quarta Sessão ORDINÁRIA do Conselho Fiscal da UNIVESP. O Senhor
4 Rodrigo Cesar Oliveira Carvalho iniciou os trabalhos desejando boas-vindas aos Conselheiros
5 presentes: Sr. Dartgman Marins, Sr. Flávio Alexandre Oliveira Porto e Sr. José Luiz dos Santos,
6 assim como agradeceu a participação do Senhor Guilherme José de Lima, Contador da
7 UNIVESP. Após os cumprimentos, o Senhor Rodrigo informou que em razão da ausência da
8 Sra. Presidente e, conforme prevê o Regimento Interno deste Conselho Fiscal, a reunião deverá
9 ser presidida pelo Conselheiro decano, Sr. Dartgman Marins. O Conselheiro Flávio questionou
10 se haverá eleição para novo presidente e o Senhor Rodrigo esclareceu que estamos aguardando
11 a formalização da renúncia da Sra. Berenice de Oliveira, assim como da Conselheira Rejane
12 Pauletti Alonso Sabino. Ambas estão aposentadas e nos comunicaram, após a convocação desta
13 reunião ordinária, a intenção de renunciar ao mandato. Continuou notificando que para os itens
14 do expediente utilizamos o mesmo material apresentado na reunião do Conselho de Curadores,
15 ocorrida no dia primeiro de outubro de 2015 com acréscimo de assuntos relevantes ocorridos
16 após a realização daquela reunião. Prosseguiu informando a finalização das avaliações *in loco* dos
17 polos UNIVESP e das instalações da Sede pelo MEC, o que resultou no credenciamento da
18 Instituição junto àquele órgão, pela Portaria nº 945, de 18 de setembro de 2015, para a oferta
19 de cursos superiores na modalidade a distância em âmbito nacional. Na sequência mencionou
20 a abertura de 8 (oito) concursos públicos para professores doutores, os quais integrarão o corpo
21 permanente com atuação, sobretudo, na gestão acadêmica das diferentes atividades da
22 Instituição. O Conselheiro Flávio questionou se houve paralização no concurso em razão das
23 restrições econômicas e o Sr. Rodrigo esclareceu que estamos aguardando autorização
24 governamental para o prosseguimento do mesmo. Seguiu informando sobre o andamento do
25 processo para a contratação de pessoal por tempo determinado e que o pleito se resume na
26 contratação de 262 profissionais temporários (mediadores presenciais, mediadores especialistas,
27 mediadores supervisores, técnicos de laboratório e auxiliares de polos). Todos os contratos
28 terão a duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses conforme determina a legislação. A partir
29 de agosto de 2016, todos os cursos entrarão na fase profissionalizante e a contratação desses
30 profissionais será fundamental para o desenvolvimento dos mesmos e que tais contratações
31 aguardam autorização governamental. Em seguida, o Senhor Rodrigo explicou as ações de
32 comunicação voltadas ao público discente. Foram criados dois novos mecanismos de

33 comunicação que se somam às atividades desempenhadas pela Central de Atendimento e
34 Suporte ao Aluno (CASAluno): o *Boletim UNIVESP*, lançado em junho deste ano como um
35 espaço de notícias e dicas para nossos alunos, e outra inovação que é o Sistema de Comunicação
36 Acadêmico-Institucional – SICOM – um canal de comunicação de cada turma junto à
37 UNIVESP, enfocando as questões de ordem coletiva. Em complemento, o Senhor Rodrigo
38 informou a aprovação da celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio 001/2014,
39 celebrado entre a UNIVESP e a Fundação Padre Anchieta, com vistas à alteração do plano de
40 trabalho, bem como do prazo de vigência. As alterações propostas se devem ao fato do início
41 da etapa profissional dos cursos atualmente oferecidos pela UNIVESP. Assim, teremos
42 efetivamente seis cursos distintos e independentes a serem produzidos, e que esta nova etapa
43 implicará no triplo da produção de conteúdo comparada à carga atual. Continuou informando
44 que tal mudança não alterou o objeto do Convênio, porém prorrogou a vigência do acordo de
45 27 de dezembro/2015 para 15 de março de 2016, o que por consequência provocou o acréscimo
46 de R\$ 2.580.818,00 (Dois milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e dezoito reais) ao valor
47 previsto – R\$ 15.002.024,38 (Quinze milhões, dois mil, vinte e quatro reais e trinta e oito
48 centavos), totalizando R\$ 17.582.842,38 (Dezessete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil,
49 oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos). Em decorrência dessas alterações,
50 houve a necessidade de adequações dos valores previstos no Cronograma de Desembolso com
51 acréscimo e remanejamento entre os Itens de Dispendio, sendo alocados em: Despesas de
52 Custeio R\$ 481.035,00 (Quatrocentos e Oitenta e Um Mil, Trinta e Cinco Reais) e, R\$
53 2.099.783,00 (Dois milhões, noventa e nove mil, setecentos e oitenta e três reais), com Despesas
54 com Equipe de Produção e Apoio Técnico. Encerrados os itens do expediente que compõem
55 esta ata como anexo 1 (um), o Senhor Rodrigo passou ao primeiro item da ordem do dia. O
56 Sr. Dartgman Marins, na qualidade de Presidente da sessão, não apresentou qualquer objeção à
57 aprovação da ata terceira reunião ordinária, porém sugeriu que esta seja submetida à apreciação
58 dos Senhores Conselheiros presentes naquela reunião. Os Senhores Conselheiros: Flávio
59 Alexandre Oliveira Porto e José Luiz dos Santos, acolheram a sugestão do Senhor Presidente,
60 e o Senhor Rodrigo comunicou que a minuta da ata da referida reunião ordinária foi
61 encaminhada por e-mail aos Senhores(as) Conselheiros(as) Berenice de Oliveira, Rejane Pauletti
62 Alonso Sabino e Edmilson Bezerra Campos de Souza, no dia 11 de março de 2015, e foram
63 incorporadas ao documento todas as alterações por eles indicadas. Passou, a seguir, ao segundo
64 item da pauta que analisou as Demonstrações Contábeis, levantadas na data de 30 de junho de
65 2015. O modelo apresentado incorporou as sugestões propostas pela Conselheira Berenice,
66 que nos orientou a apresentarmos o mesmo formato do balanço final e realizarmos o
67 levantamento para o parcial, do meio do ano. O Senhor Guilherme esclareceu que utilizou a

68 posição contábil da Instituição em 30 de junho, e que foram produzidas as demonstrações
69 obrigatórias. Continuou esclarecendo que, resumidamente, as Demonstrações Contábeis
70 consolidaram as questões orçamentárias, financeiras e patrimoniais. Seguiu considerando
71 relevante observar a evolução patrimonial da Fundação após a aquisição de mobiliário e de
72 equipamentos de laboratório que foram incorporados ao longo deste ano. O Senhor Flávio
73 questionou sobre a questão da divisão do imobilizado entre material e equipamentos
74 permanentes. O Senhor Guilherme esclareceu que os materiais e equipamentos estão
75 incorporados ao patrimônio e o Senhor Rodrigo complementou informando que a separação
76 do imobilizado é feita por conta da depreciação, pois os conjuntos didáticos adquiridos para
77 uso nos laboratórios dos polos foram licitados no final de 2014 e entregues durante o primeiro
78 semestre deste ano e estes foram efetivamente utilizados a partir de setembro/2015. O
79 Conselheiro Flávio observou que não houve itens para investimento. O Sr. Rodrigo esclareceu
80 que os pagamentos foram efetuados dos “ Restos a Pagar”. O senhor Guilherme confirmou
81 que os valores estão mencionados no fluxo de caixa e que a separação é necessária isto porque
82 o material já em uso deve ser depreciado e o material que está em estoque não. Informou
83 também que quando esses materiais forem colocados em uso será feito um lançamento
84 alterando sua classificação. O Conselheiro Marins questiona se estes materiais não estavam em
85 uso até a data dessas demonstrações e o Senhor Rodrigo noticiou que foram colocados em uso
86 a partir de setembro/15. O senhor Guilherme diz então que na próxima demonstração ele já
87 terá saído do estoque. O Senhor Flávio indagou se foi percebido a existência de saldo
88 orçamentário inutilizado, e o Senhor Rodrigo esclareceu que sim e que o CTA solicitou a
89 realização de uma alteração orçamentária (SAO) em razão de questões consideradas
90 imprescindíveis. O Senhor Guilherme ressaltou acreditar que essas demonstrações anuais
91 sofrerão pequenas modificações e o Conselheiro Flávio observou o baixo valor executado na
92 rubrica de pessoal até então. O Sr. Rodrigo esclareceu que isto se deve ao fato de estarmos
93 aguardando as aprovações para contratações do quadro de temporários, assim como o quadro
94 permanente para docentes, ambos constantes no orçamento do pessoal. O Senhor Flávio
95 indagou sobre o pagamento de auxílio para estudantes, e a dúvida foi sanada pelo Senhor
96 Rodrigo que informou se tratar do Programa de Bolsas de Apoio Acadêmico e Tecnológico
97 desta UNIVESP, aprovado pelo Conselho de Curadores. O Conselheiro Flávio prosseguiu
98 solicitando esclarecimentos sobre o pagamento de contribuições e o Senhor Rodrigo explicou
99 que tais contribuições são os convênios. O Senhor Flávio ponderou acreditar que os
100 pagamentos de convênios devem ser classificados como subvenção. O Senhor Marins
101 considerou relevantes os apontamentos do Senhor Flávio, pois as contribuições não exigem
102 contrapartida. O Sr. Flávio concluiu disponibilizando auxílio da Secretaria de Planejamento para


103 esclarecimentos e possíveis alterações com relação à classificação dos convênios. O Senhor
104 Guilherme prosseguiu considerando boa a execução dos “Restos a Pagar”. O Conselheiro
105 Marins questionou sobre o problema com a empresa Telefônica Vivo, e o Senhor Rodrigo
106 relatou que o fornecedor recorrentemente atrasa o envio das faturas impossibilitando os
107 pagamentos dentro dos prazos. O Senhor Rodrigo prosseguiu informando que pelo fato de não
108 ficarmos com recursos em caixa, sendo os pagamentos realizados diretamente pela conta única
109 do Estado e também com a obrigatoriedade de demonstrar as dívidas, ou seja, os Balanços
110 ficam negativos motivados pela recente implantação desta Fundação, o que, às vezes, gera
111 questionamentos pelo Tribunal de Contas. Em seguida, o Senhor Guilherme adiantou que nos
112 assuntos gerais seriam tratadas questões sobre os relatórios de fiscalização do Tribunal de
113 Contas, adiantando que foi produzida a demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido,
114 que não é obrigatória, para mostrar a evolução do patrimônio; o que pode ser considerado um
115 crescimento relevante para esse período de 2 anos. O Conselheiro Flávio elogiou a apresentação
116 do balanço e indagou se houve alguma dificuldade com relação à execução do final do exercício,
117 de restos a pagar, custeio e questionou ainda se os valores pleiteados para o próximo exercício
118 foram plenamente aprovados. Esta questão foi esclarecida pelo Senhor Rodrigo confirmando
119 a aprovação no início de novembro, porém com reduções substanciais. A seguir, o Senhor
120 Guilherme mencionou a questão da execução do material bibliográfico contidas nos restos a
121 pagar, e o Senhor Flavio questionou se os livros foram classificados como material de consumo.
122 O Senhor Rodrigo esclareceu que, de acordo com Lei Federal, todos os livros disponibilizados
123 em biblioteca com acesso público deverão ser considerados como material de consumo. No
124 caso da UNIVESP os materiais bibliográficos estão alocados nas bibliotecas dos polos de apoio
125 presencial. Na sequência, o Conselheiro Flávio ponderou considerando longo o tempo
126 decorrido entre as reuniões do primeiro e do segundo semestre e recomendou que, dentro do
127 possível, as sessões ocorram em um intervalo menor, preferencialmente logo após o
128 encerramento do levantamento das Demonstrações Contábeis. O Senhor Rodrigo se desculpou
129 e lamentou não ter sido possível realizar a reunião no começo do semestre em razão de
130 demandas emergenciais da Fundação. A seguir, os Senhores Conselheiros aprovaram o item de
131 forma unânime e os documentos correlatos compõem esta ata como anexo 2. O Senhor
132 Rodrigo continuou informando sobre os assuntos gerais. Foram apresentadas as cópias dos
133 relatórios e das justificativas e respostas apresentadas ao Tribunal de Contas relativas ao
134 exercício de 2013 e 2014. Quanto ao ano de 2013 foram apontadas a questão do saldo negativo
135 e a ausência de prestação de contas para o Ministério Público. A Curadoria das Fundações do
136 Ministério Público declarou não haver obrigatoriedade da UNIVESP em prestar contas junto
137 àquele órgão. Com relação à auditoria de 2014, foram apontadas questões da depreciação


138 contábil e houve ainda questionamento sobre o concurso público para preenchimento do
139 quadro de pessoal, especialmente em relação ao número de vagas reservadas para pessoas com
140 deficiência. Apresentamos defesa e o Tribunal de Contas publicou sentença julgando regular a
141 situação no *Diário Oficial* de 6 de novembro de 2015. Também foram apontadas questões
142 pontuais, que geralmente, são levantadas pelos auditores, porém todas foram devidamente
143 justificadas, conforme relatórios. Continuou enfatizando que a Direção da Fundação está
144 confiante no pleno acolhimento de nossas justificativas pelo Tribunal de Contas. Nada mais
145 havendo a tratar a reunião foi encerrada com agradecimentos à presença dos Senhores
146 Conselheiros. Foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos Senhores Conselheiros,
147 demais participantes e por mim, Neide Novaes dos Santos, encarregada de secretariar a reunião.
148 São Paulo, 8 de dezembro de 2015.

149 
Darteman Marins – Presidente Interino

150 
Flávio Alexandre Oliveira Porto

151 
José Luiz dos Santos

152 
Rodrigo Cesar Oliveira Carvalho

153 
Guilherme José de Lima

154 
Neide Novaes dos Santos – Secretária